

Novos deputados dizem que não é hora de cortar cargos

Novatos são a favor da reforma administrativa da Assembleia, mas querem que ela seja votada somente no próximo mandato

Luiz Fernando Brumana

Os deputados eleitos que vão assumir a Assembleia Legislativa a partir de fevereiro afirmaram que agora não é o melhor momento para votar uma reforma administrativa que promova redução de 276 cargos comissionados e terá consequências na próxima legislatura.

O ideal, segundo eles, seria que a reforma tivesse sido votada no início do ano. Como isso não ocorreu, defendem agora que a decisão de votação fique a cargo da próxima Mesa Diretora.

O pedetista Luiz Durão é um dos eleitos que apontam que a reforma da Casa deveria ser discutida com a nova bancada. “Deveria ser votado na próxima legislatura, porque a maioria vai sair e quem ficar pode fazer uma análise dos cargos”.

José Carlos Elias (PTB) acompanha a posição do pedetista. “Estão tomando uma posição e depois muitos não estarão mais lá. A reforma veio fora do momento”.

O parlamentar eleito Sandro Lócutor (PV) disse que a reforma poderia ter sido discutida antes.

“O momento é ruim e ela poderia ter sido discutida antes. Agora está na fase de transição e decidindo alguma coisa agora vai repercutir na próxima legislatura. Pode haver um ruptura nesse processo, o que espero que não ocorra”.

O presidente da Casa, Elcio Alvares (DEM), rebateu os posicionamentos e esclareceu que a refor-



PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA: novatos afirmam que redução de cargos pode comprometer os trabalhos da Casa

ma foi baseada em um diagnóstico elaborado durante um ano.

O democrata, que foi reeleito, também acentuou que a Mesa está atendendo a recomendações do Tribunal de Contas e do Ministério Público e cumprindo a legislação, que prevê a votação até o fim do ano. “Estou cumprindo o que determinou a lei, o que foi aprovado pela Casa”, frisou.

A reportagem de **A Tribuna** ouviu 10 dos 14 eleitos que entrarão na Casa e todos garantiram ser a favor da reforma, que deve ser discutida em plenário a partir de segunda-feira e abrir 193 vagas para concurso público.

Entretanto, nos bastidores, há informações de que novatos estão articulando para que o projeto não passe, temendo a redução de indicações na Casa.

DEPOIMENTOS

“A maioria vai sair”

“É difícil falar porque eu ainda não participo da Casa. Mas cortar cargos pode gerar um mau andamento dos trabalhos. Não sei se os cargos são importantes. Acho que deveria ser votado na próxima legislatura.”



Luiz Durão (PDT), deputado estadual eleito

“Veio um pouco tarde”

“Não conheço o projeto. Só acho que essa medida veio um pouco tarde. Depois que usam e abusam, querem acabar. Deveria ter sido feita no meio do mandato atual. Também li que ex-deputados têm indicação na Casa. Essas pessoas devem ser retiradas.”



Estão tomando uma posição e depois muitos não estarão mais lá. A reforma veio fora do momento”.

José Carlos Elias (PTB), deputado estadual eleito

Sindicato quer cópia do projeto para discutir com servidores

O Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas (Sindilegis) protocolou requerimento solicitando à Mesa Diretora da Casa cópia dos projetos referentes à organização da Procuradoria-Geral e da reforma administrativa.

Presidente do sindicato, Leandro Machado planeja assembleia extraordinária para tratar do assunto.

VAGAS

Apesar do deputado Paulo Roberto Ferreira (PMN) ter afirmado que haverá concurso, o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest) esclareceu que as 11 vagas aprovadas serão usadas para atender cadastro de reserva do concurso feito no início do ano.

Posse mais cedo para socialista ir a Brasília

Os cerimoniais da Assembleia Legislativa e do governo do Estado fecharam a programação da posse do governador eleito Renato Casagrande (PSB), a partir das 10 horas do dia 1º de janeiro, na sede do Legislativo do Estado.

Inicialmente marcada para as 11 horas, a posse foi antecipada para que o socialista consiga chegar a tempo a Brasília para participar da posse de Dilma Rousseff (PT).

Depois de diplomado na Assembleia, Casagrande segue para o Palácio Anchieta, onde será recebido pelo governador Paulo Hartung (PMDB).

Os dois discursarão no palanque montado em frente ao Palácio, onde também será passada a faixa governamental a Casagrande.

Casagrande avalia convocar no recesso

RODRIGO GAVINI - 01/12/2010



CASAGRANDE: projetos

O governador eleito Renato Casagrande (PSB) já estuda convocar os atuais deputados da Assembleia durante o período de recesso parlamentar para eventuais aprovações de projetos de lei.

Durante o período de recesso, que segue do dia 22 de dezembro até 1º de fevereiro, os deputados votam uma comissão, composta por 10 parlamentares, que dará andamento aos trâmites de projetos e atenderão convocações de caráter extraordinário.

Segundo informações repassadas pela assessoria de imprensa de Casagrande, o assunto está sendo tratado com a equipe de transição e, se for necessária a convocação, o futuro governador entrará em

contato com o presidente da Casa, Elcio Alvares (DEM).

O democrata, por sua vez, acentou que não houve conversas com o governador eleito sobre o assunto.

“Não recebi nenhuma comunicação oficial. Mas se houver necessidade, a Assembleia estará pronta para analisar as proposições que ele precisar no mês de janeiro”, garantiu o presidente.

Enquanto isso, os deputados já planejam suas atividades durante o recesso, mas baseando-se na possibilidade de convocação extraordinária.

O pedetista Euclério Sampaio, que não conseguiu se reeleger para próxima legislatura, já afirmou

que estará à disposição do governador para convocações.

“Acho que ele está começando e devemos dar um voto de confiança a ele. Se for convocado, com certeza, vou estar lá”, disse o deputado.

Líder do atual governo, Paulo Roberto Ferreira (PMN) também afirmou estar disposto a retornar para possíveis convocações e reforçou que sua liderança termina no dia 31 de dezembro, junto com a fim do mandato do governador Paulo Hartung (PMDB).

“Vou estar prontamente disponível para ajudar”, garantiu.

Os deputados estaduais não receberão gratificações extras pelas convocações extraordinárias durante o recesso parlamentar.

O QUE DEVE SER VOTADO

> **DESENVOLVIMENTO** - A criação da pasta de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, que substituirá a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

> **SISTEMA PRISIONAL** - Outra votação que deve ocorrer durante o mês de janeiro é referente aos projetos de criação da Secretaria do Sistema Penitenciário e Medidas Socioeducativas, para tratar especificamente de presídios, em substituição à Secretaria da Justiça.

> **SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA** - Outra provável votação é sobre a criação da Secretaria Extraordinária de Ações Estratégicas.